

A MILITARIZAÇÃO DOS COLÉGIOS CIVIS, ESTADUAIS E PÚBLICOS NO PARANÁ (2019-2024): UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Vinicius Marcelino Bistaffa (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora), E-mail: mcgmachado@uem.br; Italo Ariel Zanelato (Coorientador), E-mail iazanelato2@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes,
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas/ Educação/ Fundamentos da Educação/ História da Educação.

Palavras-chave: Paraná; Colégio Cívico-Militar; Educação.

RESUMO

O texto discute a militarização dos colégios civis, estaduais e públicos no Paraná (2019-2024), seus aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos, observando a finalidade do ato em questão enquanto um movimento intencional e nacionalmente articulado. É necessário abordar a crise mundial do capital financeiro e o avanço da extrema-direita no Brasil, culminando na ascensão de Jair Messias Bolsonaro (2019) e de Carlos Roberto Massa Júnior (2019), ambos defensores do modelo educacional cívico-militar. Em nossa pesquisa utilizamos o materialismo histórico e dialético como referencial teórico, e a metodologia foi bibliográfica e documental. Os resultados apontam para um modelo formativo utilitário, autoritário e violento, orientado por interesses econômicos e ideológicos, que tem por finalidade reformular a mão de obra para o trabalho e para o não trabalho, produzindo um novo tipo de cidadão que corresponda às atuais demandas do sistema capitalista.

INTRODUÇÃO

A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, amparada nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, teve por objetivo analisar o processo de militarização dos colégios estaduais civis e públicos do Paraná (2019-2024), para compreender a finalidade do ato político e ideológico em questão enquanto um movimento intencional e nacionalmente articulado.

Foi no governo de Jair Messias Bolsonaro (PL) (2019-2022) que a militarização das escolas tomou proporção nacional, com a implantação do Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2019, como principal política educacional. O governo do Paraná liderado por Carlos Roberto Massa Júnior (PSD) (2019-2022/2023-atual), aderiu rapidamente ao programa no mesmo ano, e, no ano seguinte, instituiu por Lei o Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná, que expande o projeto cívico-militar adequando-o às demandas regionais.

O Programa paranaense trata de uma política educacional que visou a implantação de Colégios Cívico-Militares (CCM) no estado, o que efetivou a mudança de gestão em colégios estabelecidos, ao convertê-los ao modelo formativo cívico-militar. Conforme a Lei nº. 21.327/2022, vale lembrar que a mudança de gestão ocorreu por meio de consulta pública à comunidade.

Os CCM constituem um modelo formativo ancorado nos preceitos da disciplina, empatia, e respeito à hierarquia, onde Policiais Militares inativos atuam como monitores cívico-militares, a fim de tornar os espaços escolares mais organizados, seguros e produtivos. E ainda, fortalecer valores humanos e cívicos, a fim de oferecer ambientes adequados para a melhoria dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos, por meio da incorporação de elementos da cultura militar no interior dos colégios (Paraná, 2022).

Levando em consideração a natureza dos CCM e os interesses envolvidos na sua difusão entre a classe trabalhadora, os quais afetam diretamente a Educação Básica, delineamos um panorama histórico para compreender este processo. Para isso, é necessário retomar os antecedentes da militarização no Estado do Paraná.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é amparado nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, o qual permite a compreensão de que a realidade é efetivada por uma construção histórica, material e dialética. E que os sistemas educacionais, as ideias pedagógicas e os modelos formativos não são desinteressados, mas fruto das relações que os envolvem em meio às dinâmicas de classe (Marx; Engels, 2007).

Como metodologia, optou-se pela perspectiva bibliográfica e documental. Isso significa que utilizamos materiais previamente elaborados para realizar a análise, como legislações, imprensa e a literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordar o processo de militarização é retomar os reflexos da crise mundial do capital financeiro pós 2008, somado aos efeitos das novas revoluções digitais, que modificaram as relações de trabalho e trouxeram novas formas de organização social. Neste cenário, há um novo modelo de Estado sendo forjado, o qual é forte, com braço armado, e que desfruta do apoio social (Puella-Socarrás, 2008).

No Brasil, a crise que veio à tona em 2013, ganhou materialidade nos anos seguintes, culminando na eleição do governo Bolsonaro (PL) (2019-2022). Constituindo-se uma reação conservadora e de direita fabricada em um momento de fortes tensões e conflitos político-sociais, como resposta às tentativas de reelaboração do capital, ao crescente sentimento de insegurança e aos muitos ressentimentos causados pelas desigualdades sociais.

Para além do PECIM, outras pautas do governo Bolsonaro para educação foram o combate à ideologia de gênero, o “kit gay” e o Escola Sem Partido; utilizando o discurso de que os professores das escolas públicas doutrina os alunos, repassando ideologias comunistas e sexualizando as crianças. Além do ataque às Universidades públicas, houve também o ataque à Educação Básica (Silva, 2022; Pio, 2023).

Ao pontuar as proposições do governo Ratinho Júnior para a Educação Básica, como a privatização, a escola em tempo integral, o *homeschooling* e os cursos técnicos, somadas às medidas que afunilam laços entre a SESP e a SEED, como o “Escola Segura” e a própria militarização, observamos um movimento que corresponde a desmoralização do ensino público regular, que, de alguma forma, se dissolve entre as outras propostas apresentadas (Silva, 2022; Pio, 2023).

CONCLUSÕES

O Paraná, influenciado pela política de Bolsonaro, encontrou na militarização de seus colégios uma alternativa para realizar a manutenção de seu poder hegemônico. O autoritarismo presente nos estabelecimentos e a cultura militar ali imposta, corrobora para a uma falsa ideia de disciplina, segurança e desenvolvimento. É contraditório, porque o mercado de trabalho procura por indivíduos flexíveis, criativos, autônomos, e não passivos.

Entre 2019 e 2024, 312 instituições civis, estaduais e públicas foram militarizadas, ou seja, mais de 10% da rede de ensino foi convertida ao modelo cívico-militar, indicando uma certa aceitação social em relação à proposta.

Não obstante, observamos que há uma real intenção em formar a mão de obra para o trabalho e para o não trabalho, utilizando do Aparelho de Repressão do Estado, as Polícias Militares, para manter o controle social e atender às atuais demandas do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, o movimento alimenta uma narrativa que entende o militarismo como alternativa para a Educação, a fim de formatar um novo tipo de cidadão, através de um modelo formativo utilitário, autoritário e violento, que busca docilizar os estudantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PIBIC/CNPq/FA/UEM pelo financiamento desta pesquisa e aos meus orientadores por todo apoio e mediação nesta jornada acadêmica, que, certamente, fez toda a diferença para mim.

REFERÊNCIAS

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARANÁ. **Lei 21.327**, de 20 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21327-2022-parana-institui-o-programa-colegios-civico-militares-no-estado-do-parana-altera-disposi%E2%80%A6>>. Acesso em: agosto/2024.

PIO, S. **Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná: Implicações para a Gestão Escolar**. Dissertação de Mestrado. UEL. Londrina, 2023.

SILVA, J. R. da. **Pedagogia do Quartel: formação de corpos dóceis nas escolas cívico-militares no estado do Paraná**. Curitiba: Appris. 2023.

PUELLO-SOCARRÁS, J.F. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.